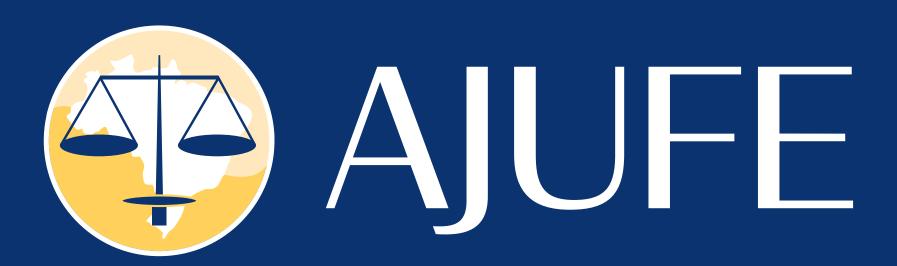
Informativo Semanal

#COVID-19



30/05

Criança com atraso no crescimento tem direito a medicamento fora da lista do SUS

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) deu parcial provimento ao Estado do Rio Grande do Sul e à União e determinou que o governo federal custeie o tratamento de uma menina com atraso no crescimento. Ao Executivo estadual, caberá a entrega do medicamento, que não consta na lista do SUS. A decisão da 6a Turma, unânime, ocorreu em sessão virtual no dia 24/3.

Continue lendo...

30/05

TRF3 concede benefício assistencial a criança com síndrome nefrótica

O desembargador federal Sérgio Nascimento, da Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3), determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) conceder o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a uma criança com síndrome nefrótica córtico-sensível.

Continue lendo...

30/05

TRF3 determina à União e ao Estado de Mato Grosso do Sul a distribuição de cestas básicas a indígenas

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3) confirmou decisão liminar que havia determinado ao estado do Mato Grosso do Sul a distribuição de cestas básicas a indígenas estabelecidos em áreas regularizadas e, à União, aos que vivem em áreas não regularizadas.

Continue lendo...

30/05

TRF3 confirma multa aplicada a rede varejista pela venda de eletrodomésticos sem etiqueta de consumo de energia

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3) manteve multa de R\$ 5.875,20 aplicada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) a uma rede varejista por vender produtos sem etiqueta informativa de desempenho energético dos equipamentos.

Continue lendo...

30/05

Balcão Virtual do TRF4 atende público por videoconferência

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) lançou na última semana (22/3) o Balcão Virtual, plataforma de video conferência para atendimento imediato e remoto aos usuários dos serviços judiciais, sem necessidade de agendamento

prévio.

Continue lendo...

30/05

Até quando a desigualdade?

Ainda há muito a se fazer para reduzir a desigualdade entre os gêneros. Socialmente e historicamente construídas, a partir de normativos do que é ser homem ou mulher, essas diferenças precisam ser deixadas de lado para uma sociedade mais justa. Sobre esse assunto, conversamos com a juíza federal substituta Sayonara Gonçalves da Silva Mattos da 7a Vara Federal de Curitiba, que esclarece sobre algumas medidas adotadas pelo Poder Judiciário e o que representam as conquistas das mulheres para a sociedade.

Continue lendo...

30/05

Nota oficial do STJ sobre portaria que autorizou apuração de supostos ilícitos cometidos por membros do MPF

Manifestação oficial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a portaria que autorizou a abertura de inquérito para apurar supostos ilícitos cometidos por membros do Ministério Público Federal. Segue abaixo a íntegra da nota.

Continue lendo...

29/05

Desembargador federal Abel Gomes entra com pedido de aposentadoria

Na última quinta-feira (25), o desembargador federal Abel Fernandes Gomes, do Tribunal Regional da 2a Região (sede no Rio de Janeiro), entrou com o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de serviço, a contar a partir do dia 1o de junho de 2021.

Continue lendo...

29/05

TRF4 reconhece dano moral a empresários de Ijuí com cadastrado indevido na lista de inadimplentes da Caixa

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) deu parcial provimento à apelação de três empresários da mesma família que tiveram os nomes cadastrados indevidamente como inadimplentes pela Caixa Econômica Federal (CEF) e reconheceu o dano moral decorrente da inscrição indevida ao registro de devedores, mas negou o direito à indenização por dano material. A decisão unânime da 4a Turma ocorreu em sessão virtual na última quarta-feira (24/3).

26/05

TRF4 disponibiliza mais de R\$ 288 milhões em RPVs com procedimentos especiais

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) informa que o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas no mês de fevereiro de 2021 e devidas pela União Federal, suas autarquias e fundações estará disponível para saque pelos beneficiários a partir do dia 7 de abril.

Continue lendo...

26/05

Atividade especial por exposição ao calor extremo só é válida para trabalho exercido a partir de 1997

O Decreto n. 2.172/97 determina o reconhecimento de atividade especial quando há exposição ao calor acima do tolerável, natural ou artificial, durante a jornada de trabalho. No entanto, para atividades exercidas antes de 1997, a especialidade não é válida.

Continue lendo...

26/05

Ajufe envia manifestação a senadores para manter audiência de custódia por videoconferência

A Associação dos Juízes Federais do Brasil encaminhou, nessa quinta-feira (25/03), manifestação a todos os senadores da República pela manutenção do veto presidencial, a fim de permitir a realização de audiência de custódia por videoconferência. O Veto 56/2019, do pacote Anticrime, teve votação adiada na semana passada, para melhor discussão do tema.

Continue lendo...

25/05

Caixa deve pagar, juntamente com construtora, indenização por atraso na entrega de imóvel financiado

"Quando tem ingerência sobre a realização de obras e, consequentemente, legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de ações que questionam atrasos na entrega das edificações, a Caixa Econômica Federal deve ser responsabilizada solidariamente pelos lucros cessantes decorrentes da demora."

Continue lendo...

25/05

Pais de criança adotada maior de 12 anos têm direito à salário-maternidade, decide TRU

A determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevista na Lei 8.069/90, de que a partir de 12 anos o indivíduo é considerado adolescente, não pode impedira fruição de direitos. Ainda, o Decreto n. 99.710/1990 reconhece que pode ser considerada como criança todos os seres humanos com menos de 18 anos.

Continue lendo...

25/05

Confirmada a condenação de réu por uso de documento falso e de falsa identidade

A 4a Turma do Tribunal Regional Federal da 1a Região (TRF1) manteve a condenação de um réu, preso em flagrante pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) por utilizar Carteira de Habilitação falsa em nome de outra pessoa como também por apresentar-se aos policiais da PRF e também ao juízo, na audiência de custódia, como sendo outra pessoa.

Continue lendo...

25/05

TRF3 mantém condenação de empresa por extração ilegal de areia no leito do Rio Paranapanema

A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3) confirmou decisão que obriga uma empresa a ressarcir a União em R\$ 228 mil por praticar lavra de areia no leito do Rio Paranapanema sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Segundo o artigo 176 da Constituição Federal, a pesquisa e a lavra de recursos minerais só podem ser efetuadas com autorização ou concessão da União.

Continue lendo...

25/05

TRF3 reconhece tempo de serviço especial e concede aposentadoria a instalador de banda larga

A desembargadora federal Lucia Ursaia, da Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3), reconheceu como tempo especial período em que um segurado trabalhou como instalador e técnico de banda larga e determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) conceda ao autor da ação a aposentadoria por tempo de contribuição.

Continue lendo...

25/05

TRF3 confirma legalidade da apreensão de mercadorias de luxo pela Receita Federal

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3) confirmou a legalidade da apreensão de mercadorias de luxo, introduzidas no país, segundo a Receita Federal, por meio de conluio entre empresas para esconder o nome do verdadeiro importador. A operação tinha como objetivo evitar o recolhimento do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), configurando fraude e dano ao erário.

Continue lendo...

25/05

União e CAIXA devem indenizar moradora de Ribeirão Preto (SP) por duplicidade de CPF

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF3) confirmou sentença que condenou a União e a Caixa Econômica Federal (Caixa) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, a uma moradora de Ribeirão Preto/SP, por duplicidade do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Continue lendo...

24/05

TRU: emprego em local socioeducativo para jovens infratores configura trabalho especial

De acordo com o Decreto 2.172, de 5/3/1997, os agentes prejudiciais ao empregado para configurar trabalho especial são somente aqueles classificados como químicos, físicos ou biológicos. Dessa forma, o perigo no local de trabalho não está previsto, o que, no entanto, não impede que o magistrado não possa assim o considerar.

Continue lendo...

24/05

Presidente da Ajufe se manifesta sobre decisão do STF que declarou que Moro foi parcial ao condenar ex-presidente Lula

O presidente da Ajufe falou sobre a votação da 2a turma do Supremo Tribunal Federal, nessa quartafeira (23/03). Por 3 votos a 2, o STF declarou que o ex-juiz federal Sergio Moro foi parcial ao condenar o ex-presidente Lula no caso do triplex do Guarujá. Veja a íntegra do posicionamento abaixo:

"A votação realizada nesta terça-feira (23/3) pela 2a turma no Supremo Tribunal Federal, e seus reflexos na segurança jurídica e no combate à corrupção no País, merece atenta reflexão e ponderação.

Continue lendo...

22/05

Diretoria da Ajufe reúne-se com ministro Villas Bôas Cueva para discutir o FEJUFE

O presidente da Ajufe, Eduardo André, a secretária-geral, Clara Mota, e a coordenadora da Comissão do Fundo de Custas, Débora Valle de Brito, reuniram-se, nesta segunda-feira (22/03), com o ministro do STJ, Ricardo Villas Bôas Cueva.

Continue lendo...

22/05

Ouça o podcast sobre o PL que altera a Lei de Improbidade Administrativa

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 10.887/2018, que pretende atualizar a lei de improbidade administrativa. O PL foi apresentado pelo deputado Roberto de Lucena (PODE-SP) e foi resultado do trabalho de uma comissão de juristas. A proposta estabelece que caberá ao Ministério Público propor ações de improbidade administrativa. O texto ainda divide opiniões e promove reflexões em todo o Poder Judiciário.

Continue lendo...

22/05

TRF4 mantém bloqueio de mais de R\$ 260 mil de transportadora investigada na Operação Planum

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) manteve a medida cautelar de bloqueio de contas bancárias da transportadora rodoviária Sirex em uma investigação que apura crimes contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e de organização criminosa no âmbito da Operação Planum.

Continue lendo...

22/05

Justiça garante aposentadoria por invalidez a pedreiro com problemas cardíacos

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) julgou procedente o pedido de um pedreiro de 59 anos, morador de Dionísio Cerqueira (SC), a fim de converter o benefício de auxílio-doença recebido por ele em aposentadoria por invalidez. A decisão foi proferida por unanimidade pela Turma Regional Suplementar de Santa Catarina da Corte em sessão virtual. O colegiado ainda estabeleceu que a conversão do auxílio-doença em aposentadoria ocorra a partir da data do julgamento do recurso (17/3).

Continue lendo...

22/05

TRF4 mantém liminar que garante realização de barreiras sanitárias por municípios do litoral paranaense

O desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, do Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4), manteve hoje (19/3) a liminar da primeira instância da Justiça Federal do PR que havia determinado que a União não pode proibir a realização de barreiras sanitárias pelos municípios paranaenses de Paranaguá, de Pontal do Paraná, de Matinhos e de Guaratuba em um ponto específico do litoral do estado, próximo ao Km 12 da rodovia BR-277. A medida foi adotada pelos municípios como forma de contenção da propagação do coronavírus. A decisão ainda estabelece que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) deve garantir a aplicação da ação de bloqueio, assim como promover a manutenção da segurança dos agentes públicos envolvidos e da população no local.

Continue lendo...

19/05

TRF4 mantém condenação do vereador Mauro Zacher por dispensa indevida de licitação

O Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF4) confirmou, na última terça-feira (16/3), a condenação penal do vereador de Porto Alegre Mauro Zacher pelo crime de dispensa indevida de licitação no âmbito da Operação Rodin. A decisão unânime da 7a Turma da Corte estabeleceu pena de quatro anos e oito meses de prisão em regime inicial semiaberto, além de pagamento de multa de R\$ 222,8 mil em favor da União e do Município de Porto Alegre, com correção monetária a partir da data da celebração do termo aditivo do contrato fraudado, ocorrida em outubro de 2007.

Continue lendo...

